

Cadernos Espinosanos

número especial sobre Leibniz



ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 34 jan-jun 2016 ISSN 1413-6651

A TEMPORALIDADE DA PERCEPÇÃO EM LEIBNIZ

Sacha Zilber Kontic

Doutorando, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

szkontic@gmail.com

RESUMO: Ao afirmar que o tempo é um *continuum*, Leibniz não pode considerar a percepção como uma simples sucessão de estados perceptivos. Pelo contrário, é necessário que haja uma continuidade de natureza entre esses diversos estados que se deva unicamente a espontaneidade da Mônada. A diferença entre as percepções da Mônada não pode se dar, entretanto, no conteúdo que ela representa, pois ela representa sempre uma mesma multiplicidade, ou seja, o universo tal como ele existe na mente divina, a partir de seu ponto de vista particular. O presente artigo visa examinar como Leibniz concilia a temporalidade da percepção, que se deve à sucessão espontânea dos estados da Mônada, com o caráter eterno da realidade que ela representa a todo o momento.

PALAVRAS-CHAVE: Leibniz, Tempo, Percepção, Eternidade, Apetição.

Na metafísica madura de Leibniz, é fundamental a tese de que tudo o que se passa na Mônada ocorre em virtude de uma ação interna ou de uma espontaneidade própria, cuja sucessão temporal se dá por uma lei interna. As Mônadas são substâncias simples, ou seja, sem partes, que representam em sua simplicidade a totalidade do universo a partir de seu ponto de vista individual. Essa representação, tal como Leibniz a apresenta na *Monadologia*, é regida por dois princípios: a Mônada possui uma *percepção* do universo, que é um estado passageiro em que a multiplicidade é representada na simplicidade da Mônada, e uma *apetição*, ou seja, a uma tendência interna essencial à mudança, uma espontaneidade que faz com que a Mônada passe de uma percepção à outra. Esse princípio interno é regido por uma lei de ordem e dele se segue uma pluralidade de estados no interior das substâncias.

A importância de imputar às Mônadas um princípio interno para as mudanças perceptivas aparece desde o *Discurso de metafísica* como um elemento que demarca o afastamento da teoria leibniziana da percepção tanto da tradição aristotélica quanto das filosofias cartesianas. Contra Aristóteles e a escolástica, Leibniz recusa uma concepção puramente empirista da percepção. Não há transmissão nem uma real causalidade entre as substâncias. Todas as suas percepções decorrem unicamente das leis próprias a cada Mônada que regulam o modo como ela expressa todas as outras substâncias. Desse modo, temos em nossa própria alma o objeto de todas as nossas percepções, ou seja, as ideias. Mas, se por um lado Leibniz adota, como Descartes e diversos cartesianos, a tese das ideias inatas, o sentido que ele dá a esta tese é radicalmente diferente, e aponta para uma concepção completamente diversa do que significa possuir uma sucessão de percepções.

A ideia, para Descartes e para os cartesianos, é o aspecto fundamentalmente representativo do pensamento. Dizer que possuímos a ideia de algo é afirmar que possuímos a realidade objetiva da coisa que a ideia representa enquanto conteúdo do intelecto. Essa realidade não pode ser atribuída a nós pelos órgãos dos sentidos, nem transmitidos a nós por algo de externo a alma. Assim, as ideias devem estar em nossa alma de forma inata ou ser formada por algum recurso da alma quando se apresenta a ocasião para tal. Leibniz concorda com Descartes em relação a esse caráter inato das ideias, desde que sejam evitados dois “equivocos”, ambos devedores desta concepção cartesiana de ideia, expostos no §26 do *Discurso*:

Para bem conceber o que é a ideia, é necessário se prevenir de um equivoco, pois muitos tomam a ideia como a forma ou a diferença de nossos pensamentos, e dessa maneira nós só temos a ideia no espírito enquanto nós pensamos nela, e todas as vezes que pensamos nela novamente, nós temos outras ideias das mesmas coisas, embora semelhante às precedentes. Mas parece que outros tomam a ideia como um objeto imediato do pensamento ou por alguma outra forma permanente que permanece quando não a contemplamos mais (LEIBNIZ, 1966-2014, A, VI, 4, p. 1570).

Essas duas posições sobre as ideias decorrem de uma ambiguidade deixada por pela concepção cartesiana de *ideia* quando a consideramos no tempo: dado que possuímos todas as ideias de forma inata em nossa alma, ou bem elas só existem quando pensadas (ou seja, são *forma* do pensamento) e deixam de existir quando deixamos de pensar nelas, ou então elas são uma realidade que permanece quando não é pensado (são *objeto* do pensamento). Essas duas interpretações diferentes sobre a natureza das ideias se encontra no centro da querela travada entre Malebranche e Arnauld, iniciada com a publicação do *Des vraies et des*

fausses idées de Arnauld que, no momento em que Leibniz escreve o *Discurso*, já contava com réplicas e tréplicas públicas entre ambos os cartesianos¹. Arnauld considera que o pensamento forma as suas próprias ideias ao contemplar as perfeições de sua alma. Em outras palavras, as ideias são um modo da alma (ARNAULD, 2011, p. 67). Assim, ao contemplar uma ideia após já ter pensado nela, o que fazemos e ter uma nova ideia semelhante a que tivemos anteriormente ao contemplar a própria alma do mesmo modo. Malebranche, por outro lado, considera que as ideias, ao nos representar essências infinitas e eternas, não podem estar contidas nem ser criadas pela alma. Como tais, elas só podem existir em um ser que é ele mesmo eterno e infinito, e se tornam objeto do pensamento ao serem reveladas a nós em virtude da união da alma com Deus (MALEBRANCHE, 1972, t.1, p. 437-438).

O que há de comum entre essas duas concepções apontadas, segundo Leibniz, é a noção de que a ideia é a representação de algo que nos é exterior e que, quando deixamos de pensar em uma coisa, deixamos de contemplar a ideia que a representa. A ideia seria, para ambas, como um quadro para o qual nos voltamos ao considerar certos objetos. Podemos passar de um quadro a outro, de uma representação à outra, sem que haja necessariamente uma continuidade de natureza entre uma representação e outra. Postula-se, portanto, uma radical descontinuidade na representação.

1 Arnauld dá início à querela pública com a publicação do *Des vraies et des fausses idées* em 1683. Até 1686, quando Leibniz relata ter escrito o *Discurso* e inicia a sua correspondência com Arnauld, a querela, seguida com atenção por Leibniz, já contava com duas respostas de Malebranche e duas tréplicas de Arnauld. Os ecos desse debate podem ser encontrados também nas *Meditationes de cognitione, veritate et ideis* de 1684 (escrito como uma intervenção para a discussão, mas aparentemente ignorado pelos protagonistas da querela). O conjunto das anotações de Leibniz sobre os textos de Arnauld e de Malebranche foram compilados por Robinet em leibniz, 1955.

É se opondo a essa concepção descontinuísta da representação das coisas no espírito que Leibniz, ainda no §26, apresenta a sua concepção da ideia expressiva e apresenta em toda a sua radicalidade o sentido que dá à expressão “ideias inatas”:

Creio que essa qualidade de nossa alma enquanto ela exprime alguma natureza, forma ou essência é propriamente a ideia da coisa, que está em nós, e que está sempre em nós quer pensemos nela ou não. Pois nossa alma exprime Deus e o universo, e todas as essências assim como todas as existências. [...] *Nós possuímos no espírito todas essas formas, e as possuímos desde sempre, pois o espírito exprime sempre todos os seus pensamentos futuros, e já pensa confusamente em tudo que um dia pensará distintamente.* E nada poderia nos ser ensinado que já não possuíssemos a ideia no espírito, que é como a matéria a partir da qual esse pensamento se forma (LEIBNIZ, 1966-2014, A, VI, 4, p. 1570-1571. Grifo nosso).

Dizer que possuímos todas as ideias em nós de forma inata não quer dizer, portanto, como defendiam Descartes e seus seguidores mais ortodoxos, que a alma possui a capacidade de formar as suas próprias ideias ou de contemplar certas formas permanentes que existem na mente e que se atualizam pelo pensamento e representam objetos exteriores como quadro estáticos. O que Leibniz apresenta nesse artigo do *Discurso* é a ideia como a qualidade que a alma possui de *expressar* uma natureza, forma ou essência². Sendo criada por Deus, a substância

2 Ao ser questionado por Arnauld sobre o que entende por expressão, Leibniz a define nos seguintes termos: “Uma coisa exprime uma outra (em minha linguagem) quando há uma relação constante e regrada entre o que se pode dizer de uma e de outra. É assim que uma projeção de perspectiva exprime seu geometral. A expressão é comum a todas as formas, e é um gênero do qual a percepção natural, a sensação animal e o conhecimento intelectual são espécies. Na percepção natural e na sensação, basta que o que é divisível e material, e se encontra disperso em diversos seres, seja

o exprime tal como todo o efeito exprime sua causa. A mente divina encerra em si todas as formas, essências e naturezas possíveis e existentes, e ao exprimir Deus, a substância expressa todas essas formas, essências e naturezas a partir de seu ponto de vista particular. Assim, o espírito não possui em si as ideias nas quais pensa atualmente, mas também as ideias passadas, futuras, e efetivamente todas as ideias pode algum dia possuir, embora elas se expressem na alma com um grau maior ou menor de distinção, dependendo de seu ponto de vista particular, e das ocasiões que ela tem para despertá-las. É por isso que Leibniz atesta a herança platônica de sua teoria das ideias, através da concepção platônica da reminiscência, desde que “devidamente compreendida e expurgada do erro da preexistência, e quando não se imagine que a alma já devia ter conhecido e pensado outrora com distinção o que apreende e pensa agora” (*Ibid*).

A ideia é inata à alma humana, seja ela pensada ou não, e vem ao pensamento quando conhecidas com distinção. Contemplamos assim em todos os momentos todas as nossas ideias, por mais que não pensemos sempre em todas com o mesmo grau de distinção. Não precisamos ser conscientes de todas as ideias que possuímos ou mesmo que estão implícitas em nossos pensamentos. O ourives, por exemplo, possui um conhecimento distinto do ouro, sendo capaz de discernir o verdadeiro ouro do falso por certas marcas que estão contidas na definição do ouro, por mais que ele não conheça todos os elementos do metal pelos quais

exprimido ou representado em um único ser indivisível ou na substância que é dotada de uma verdadeira unidade. Não se pode duvidar da possibilidade de tal representação de várias coisas em uma só, porque nossa alma nos fornece um exemplo disto. Mas essa representação é acompanhada de consciência na alma racional, e é isso então que nós chamamos de pensamento” (LEIBNIZ, A II, 2, p. 240-241).

ele adquire tais marcas. É por isso Leibniz considera adequado distinguir as ideias das noções, por mais que não haja uma diferença de natureza no que se refere ao seu caráter representativo: “podem denominar-se *ideias* essas expressões concebidas ou não, existentes em nossa alma, mas aquelas que se concebem ou formam podem denominar-se *noções*, *conceptus*” (LEIBNIZ, 1966–2014, A, VI, 4, p. 1572).

É pela criação da totalidade das substâncias por Deus que Leibniz explica, no *Discurso*, a percepção ou expressão do universo nas substâncias. Deus pode ser considerado a única causa externa que age em nós, e que se comunicando continuamente com nós em virtude da dependência contínua que mantém todas as substâncias na existência³. Assim, Leibniz afirma, no §28, que

[...] a essência de nossa alma é uma certa expressão, imitação ou imagem da essência, do pensamento e da vontade divina, e de todas as ideias nele compreendidas. Pode-se dizer então que somente Deus é nosso objeto imediato fora de nós, e que *nós vemos todas as coisas por ele*, por exemplo, quando vemos o sol e os astros, foi Deus que nos deu e que conserva as suas ideias, e que nos determina a pensar efetivamente nelas pelo seu concurso ordinário

3 Essa dependência contínua de Deus só deve ser entendida como uma criação continuada, afirma Leibniz no §388 da *Teodiceia*, se por ela não for entendido que as criaturas deixam a existência e são criadas novamente a cada instante, mas sim que elas dependem continuamente da ação divina. Deus mantém continuamente e livremente as substâncias na existência, mas isso não exclui a atividade interna da substância que a faz mudar de estado: “A produção ou ação pela qual Deus produz é anterior por natureza à existência da criatura que é produzida; a criatura em si mesma, com sua natureza e suas propriedades necessárias, é anterior às suas afecções acidentais e às suas ações; e, entretanto, todas essas coisas acontecem ao mesmo tempo. Deus produz a criatura de modo conforme a exigência dos momentos precedentes, seguindo as leis de sua sabedoria; e a criatura opera de modo conforme a essa natureza que ele dá a ela ao criá-la sempre” (LEIBNIZ, 1875–1885, GP VI, p. 346).

no momento em que nossos sentidos estão dispostos de uma certa maneira, segundo as leis que estabeleceu (LEIBNIZ, 1966-2014, A, VI, 4, p. 1573, grifo nosso).

O único objeto imediato de nossa percepção é portanto Deus, e as nossas ideias das coisas são unicamente expressões das essências das coisas tal como elas existem na mente e na vontade divina. Podemos dizer então que vemos as coisas *por Deus*. As ideias estão em sua totalidade presentes na mente divina, e a nossa alma, sendo essencialmente uma “certa expressão, imitação ou imagem” da mente e da vontade divina, expressamos todas as ideias nele contidas. Mas dizer que nós expressamos as ideias que estão em Deus não implica, como quer Malebranche, que pensemos *pelas* ideias de Deus. No §29 do *Discurso*, dedicado a refutar a teoria malebranchiana da visão das ideias em Deus, Leibniz afirma que a alma pode ser considerada passiva enquanto efeito da criação divina, pela qual tudo nela já está determinado, mas na medida em possui em sua natureza as marcas da produção futura de suas percepções e a disposição de produzi-las em seu tempo, ela é necessariamente uma potência ativa. A alma não recebe passivamente e do exterior as suas ideias. Ela não só possui em si mesma a totalidade das ideias enquanto expressões da mente divina, mas ainda possui sempre “marcas da expressão futura desse pensamento, e as disposições de produzi-lo em seu tempo” (LEIBNIZ, 1966-2014, A, VI, 4, p. 1574).

A ideia não é então somente o caráter representativo do pensamento, mas também uma disposição para um pensamento futuro, e é nesse ponto que a crítica de Leibniz a teoria da visão em Deus de Malebranche adquire toda a sua força. Para o oratoriano, assim como para Leibniz, as essências e as formas com as quais Deus cria o universo são verdadeiramente infinitas, e devem sua existência à mente

e à vontade infinita de Deus. Entretanto, contrariamente a Leibniz, Malebranche considera que a alma, sendo finita e temporal, não pode conter nela de forma inata as ideias. A ideia do triângulo em geral, por exemplo, contém infinitos triângulos possíveis. Por mais que o homem passasse a vida inteira pensando em cada triângulo particular, nunca poderia esgotá-la. Seria portanto um abuso afirmar que a alma finita e limitada contém nela essa infinidade de triângulos, e ainda mais que ela conteria todas as formas e essências infinitamente infinitas que podem ser concebidas pelo intelecto infinito de Deus⁴.

Para Malebranche, é apenas pela nossa união com o Verbo divino que Deus nos revela, como uma luz vinda do exterior que ilumina nossa alma, as ideias que nos representam as coisas possíveis e criadas. Ora, existindo realmente na mente divina, as ideias devem ser, como Deus, verdadeiramente eternas. Elas se referem às essências que Deus escolhe, por sua vontade livre, criar ou não. Como tal, elas não estão submetidas à temporalidade e à mudança, que são características das coisas criadas. A alma, por sua vez, enquanto coisa criada é necessariamente temporal na sucessão de suas percepções. Assim, quando percebemos um triângulo, somos ao mesmo tempo afetados pela ideia clara da extensão e da forma do triângulo, que são eternas, e nossa alma é modificada temporalmente

4 “O que é preciso notar, principalmente, é que essa ideia geral que o espírito tem desse número infinito de triângulos de diferentes espécies prova suficientemente que se não concebemos por ideias particulares todos esses diferentes triângulos, em uma palavra, se não compreendemos o infinito, isso não se dá pela ausência de ideias ou porque o infinito não esteja presente a nós, mas é somente pela falta de capacidade e de extensão do espírito. Se um homem se aplicasse a considerar as propriedades de todas as diversas espécies de triângulos, mesmo se continuasse eternamente esse tipo de estudo, ele não deixaria jamais de ter ideias novas e particulares; mas seu espírito se cansaria inutilmente” (MALEBRANCHE, 1972, t. I, p. 430).

ao imaginar ou perceber sensivelmente essa figura⁵. O aspecto representativo da percepção – ou seja, a ideia – é eterno, e a modificação ou modalidade da nossa alma que a acompanha – o triângulo formado pela imaginação ou pela sensação, por exemplo – é sempre sujeita à mudança e, portanto, é temporal. É por isso que, nas *Conversações cristãs*, Malebranche alerta para a necessidade de reconhecer que as ideias “são imutáveis, eternas, eficazes, em uma palavra divinas, comuns a todos os espíritos e ao próprio Deus que as possui em sua substância, completamente diferente das modalidades da alma ou das percepções passageiras que elas produzem em nós” (MALEBRANCHE, 1972, t.4, p. 69). As percepções são aqui *passageiras* pois elas são somente modificações da alma, distintas das *ideias* que são o aspecto representativo e eterno do nosso pensamento.

Leibniz se distancia de Malebranche pela afirmação da atividade incessante do intelecto na sucessão de ideias, que se contrapõe à noção de um intelecto passivo que é afetado do exterior por Deus quando percebe uma ideia, tal como defende o autor da *Recherche*. Para ambos, a ideia é o objeto do pensamento que deve a sua perfeição ao intelecto divino, e nesse sentido ela é eterna. Mas na concepção leibniziana, enquanto a ideia é considerada expressão da mente divina no intelecto humano, ou mesmo enquanto expressão nas substâncias, ela está sujeita a uma sucessão e transformação temporal, cada ideia contendo em si a disposição para uma ideia futura. E essa sucessão ocorre por uma lei ou razão interna à substância – que, por sua vez, se harmoniza com o restante do universo em virtude da harmonia preestabelecida.

5 É importante ressaltar que, para Malebranche, a sensação e a imaginação são modificações da alma que correspondem aos movimentos do corpo ao qual ela está unida, enquanto que a ideia clara é algo de exterior à alma e puramente espiritual.

Dado que a alma expressa em todos os momentos em seu interior a totalidade infinita das ideias presentes na mente divina, a Mônada possui em seu interior em todo momento uma infinidade de percepções. Sendo o infinito, para Leibniz, necessariamente atual, ele é anterior à atividade da adição ou da divisão. Qualquer percepção, enquanto representação de alguma multiplicidade, contém atualmente uma infinidade de percepções menores, tal como o bramido que ouvimos na praia envolve confusamente a totalidade das gotas de água que atingem a superfície do mar. É justamente essa infinidade de percepções percebidas confusamente, entendidas como expressões das infinitas impressões feitas em nossos corpos, que Leibniz chama, nos *Novos ensaios*, de *pequenas percepções*. Elas são esse elemento atualmente infinito que compõe as percepções que nos aparecem como representações limitadas e distinguidas. Isso não quer dizer que seja completamente impossível, a princípio, possuir uma percepção mais distinguida dessas percepções infinitesimais. No caso das almas racionais, que são capazes de reflexão e de se aperceber de suas percepções, ou seja, de possuir delas uma percepção consciente, essa apercepção é limitada pela multiplicidade atualmente infinita de impressões que percebemos a todo o momento, e que se tornam aperceptíveis por um acréscimo ou pela atenção que a alma dirige a elas. É assim que uma luz fraca de que não nos apercebemos se torna aperceptível ao se tornar mais forte, que um som muito baixo se torna mais perceptível na medida em que se torna mais alto, e assim por diante. O que é apercebido sempre se deve a algo demasiado pequeno para que nos apercebamos dele, mas que, por um aumento ou acréscimo, se eleva à nossa consciência.

Essa infinidade de pequenas percepções não aparecem e desaparecem quando deixam de estar presentes à consciência. Elas não

só estão presentes a todo o momento, como ainda elas estão *em todo o momento e em sua totalidade atualmente infinita* presentes na alma e agindo sobre a alma. Assim, nenhuma percepção se torna apercebida sem que já existisse anteriormente de alguma forma inapercebida, e nunca deixa de existir, mas apenas deixa de ser consciente. E visto que a alma expressa as ideias, formas e essências presentes na mente divina segundo o seu ponto de vista, é a percepção de todas as coisas criadas e possíveis que a alma percebe a todo o momento, embora se aperceba apenas de uma pequena parte dela.

Isso quer dizer que em todos os momentos a alma possui em si todas as suas percepções presentes passadas e futuras, seja de forma consciente, ou seja, como apercepção, seja de forma inconsciente, como pequenas percepções inapercebidas. Em outras palavras, podemos dizer que a Mônada é sempre inteira na totalidade de suas percepções⁶. A sucessão dos estados da Mônada não é portanto incompatível com a sua simplicidade, é uma representação da mesma multiplicidade que é expressa no interior da Mônada na sucessão de seus estados⁷. Ela expressa em cada momento a constituição atual do universo, ou seja, da totalidade das substâncias criadas, em virtude da harmonia preestabelecida, ao mesmo tempo em que expressa confusamente a totalidade das ideias e das essências criadas e possíveis existentes na mente divina. Disso decorre que a alma percebe ao mesmo tempo o modo como o universo se encontra em um dado momento e como ele

6 Para uma análise detida da relação entre a simplicidade de Mônada e a sucessão dos estados temporais em Leibniz, cf. ANFRAY, 2014.

7 Escrevendo a De Volder, Leibniz afirma: “As substâncias não são todos [*tota*] que contém as partes formalmente, mas coisas totais [*res totales*] que contém as coisas parciais eminentemente” (LEIBNIZ, 1875-1885, GP II, 263).

já foi e será. Ela sempre expressa suas percepções passadas na medida em que suas percepções presentes são consequências delas, e expressa suas percepções futuras na medida em que tende a elas pela somatória de suas percepções passadas e presentes. Em outras palavras, podemos dizer que a multiplicidade representada na simplicidade da Mônada é sempre a mesma, mas a *maneira* como essa representação se dá é diferente segundo a sua sucessão incessante de estados. A cada momento o mesmo conteúdo é representado de um modo diferente na unidade monádica.

Mas dado que a percepção no interior da Mônada é sempre a percepção de uma multiplicidade, cada elemento dessa multiplicidade percebida contribui para inclinar a substância para as suas percepções futuras. Toda a percepção implica em uma *apetição*, uma tendência ou esforço orientado em direção a uma outra percepção. Desse modo, toda a representação, seja ela mais ou menos distinta, apercebida ou não, é também apetite, e produz incessantemente movimentos – que podem ser mínimos ou mais notáveis – que combinados com outros se tornam maiores e mais distinguidos. São essas inclinações insensíveis que, nas almas racionais, se somam e se tornam aperceptíveis sob a forma de apetites, humores, paixões, sonhos articulados, pensamentos passageiros, etc. Ao afirmar que toda a percepção é essencialmente ativa, Leibniz transforma a percepção – entendida ao mesmo tempo como representação e apetite – na operação fundante de todo o pensamento. Perceber não é só representar, mas é ao mesmo tempo pensar, agir, mudar de percepção em direção à outra representação, desenvolver o seu estado presente para assim buscar um prazer ou uma perfeição maior, o que é, segundo o autor, efetivamente a mesma coisa, dado que o prazer é o

sentimento distinto da elevação a uma perfeição⁸.

A alma não é portanto essencialmente diferente do corpo no que diz respeito às regras de seu desenvolvimento. Do mesmo modo que o corpo, enquanto um autômato material, se desenvolve de um feto a um corpo completo por uma espécie de preformação, a alma também pode ser compreendida como um autômato espiritual:

[...] e como o feto se forma no animal, como mil outras maravilhas da natureza são formadas por certo instinto que Deus colocou nelas, ou seja, em virtude da preformação divina, que fez esses admiráveis autômatos próprios a produzir mecanicamente efeitos tão belos; é fácil julgar do mesmo modo que a alma é um autômato espiritual, ainda mais admirável; e que é pela preformação divina que ela produz essas belas ideias, onde nossa vontade não toma parte, e onde nossa arte não pode alcançar (LEIBNIZ, 1875-1885, GP VI, p. 356).

Ambos os autômatos se desenvolvem segundo uma lei interna que produz todas as alterações a que estão sujeitos. Tudo o que ocorre no corpo se segue de seu estado precedente, do mesmo modo que todas as percepções da alma se seguem das percepções que lhe antecederam. O estado presente do corpo nasce de seu estado precedente segundo as leis das causas eficientes, e o estado presente da alma nasce de seu estado precedente segundo as leis das causas finais, ou seja, segundo a busca, ainda que inconsciente, pelo bem. E pelas relações expressivas entre a alma e o corpo, as leis da causalidade final e da causalidade eficiente

8 “Embora o prazer não possa receber uma definição nominal, não mais do que a luz ou o calor, ele pode, entretanto, receber como elas uma causal, e creio que no fundo o prazer é um sentimento de perfeição e a dor um sentimento de imperfeição, desde que seja notável o suficiente para fazer com que possamos nos aperceber deles”. (LEIBNIZ, 1875-1885, GP V, p. 180)

de entre-expressam harmonicamente, de modo que as duas séries se correspondem segundo uma lei exata⁹.

Pela doutrina das pequenas percepções, Leibniz demonstra como as nossas apercepções são sempre compostas de uma multiplicidade atualmente infinita de pequenas percepções inapercebidas que nos afetam a todo o momento. Embora o esquema conceitual da percepção como ao mesmo tempo representação e apetite na alma racional seja o mesmo que é aplicado à totalidade das Mônadas, sejam elas sensitivas ou não, as pequenas percepções mostram como nas almas racionais essa multiplicidade perceptiva age à revelia da consciência – ou, poder-se-ia ainda dizer, determina de certa maneira a atividade da consciência. Dado que toda a percepção é também de algum modo o início de um apetite, esta infinidade de pequenas percepções contribui de uma infinidade de modos diferentes a gerar novas tendências na alma. Desse modo, ao mesmo tempo em que a alma possui infinitas pequenas percepções em todos os momentos, ela também possui uma infinidade de pequenos apetites que a tendem de infinitas maneiras diferentes. Assim como os autômatos materiais agem de acordo com os infinitos movimentos da matéria, os autômatos espirituais agem de acordo com essas infinitas pequenas percepções que geram uma infinidade de apetites na alma, que podem se tornar distintos e conscientes por um aumento de grau.

9 Como Leibniz explica de forma concisa no preâmbulo de sua controvérsia com Stahl: “De um lado, tem lugar a série de movimentos, de outro, a série de apetites; lá se passa da causa ao efeito, aqui do fim ao meio. E pode-se dizer com razão que a representação do fim é, na alma, a causa eficiente da representação dos meios nessa mesma alma” (LEIBNIZ, 2004, p. 76-79).

Foi justamente por não reconhecer nenhum princípio natural de mutação no interior das substâncias, explica Leibniz a De Volder, que Malebranche e outros foram forçados a recorrer ao ocasionalismo. Segundo eles, Deus seria o único capaz fornecer um conteúdo representativo às almas, atribuindo a elas as suas próprias ideias que, pertencendo unicamente a ele, seriam sempre eternas e imutáveis, ou seja, estariam ao abrigo das mudanças temporais:

Pois, se o princípio da mudança fosse externo a todas as coisas, e não fosse interno a nenhuma, teríamos que recorrer a Deus como o único agente, como pensam os ocasionalistas. *Esse princípio é, de fato, interno a todas as substâncias simples, pois não há razão para ele estar mais em uma do que em outra, e consiste no progresso das percepções das Mônadas, e toda a natureza das coisas não contém nada mais senão isso.* Vedes como a questão é reduzida a uma coisa simples quando se chega a princípios que são manifestamente necessários e suficientes, de modo que parece não somente supérfluo, mas também inconsistente e inexplicável, acrescentar qualquer coisa a mais (LEIBNIZ, 1875-1885, GP II, 271, grifo nosso).

Dado que toda a percepção é também de algum modo o início de um apetite, esta infinidade de pequenas percepções contribui de uma infinidade de modos diferentes a gerar novas tendências na alma. Desse modo, ao mesmo tempo em que a alma possui infinitas pequenas percepções em todos os momentos, ela também possui uma infinidade de pequenos apetites que a tendem de infinitas maneiras diferentes para diferentes percepções futuras. Assim, por mais que a Mônada expresse em sua totalidade as ideias contidas na mente divina, a partir de seu ponto de vista, contendo portanto em si todas as suas percepções presentes, passadas e futuras, essa expressão está em uma permanente mudança.

O tempo, assim como espaço, é um *continuum*. O instante, afirma Teófilo à Filaleto, não possui mais realidade que um ponto matemático (LEIBNIZ, 1875-1885, GP V, p.138). O instante não é parte do tempo assim como o ponto matemático não é parte do espaço. Assim, o que chamamos de *percepção presente* da substância não é senão ao mesmo tempo a consequência da totalidade de suas percepções passadas e a tendência que elas imprimem em direção a uma percepção futura. O futuro de cada substância possui uma perfeita ligação com seu passado e é efetivamente uma consequência dele. Desse modo, a sucessão de percepções não pode ser equiparada com a representação sucessiva de objetos diferentes, ou com uma sucessão de ideias distintas tal como a sucessão de quadros em um filme. O caráter temporal da percepção se deve à sucessão contínua dos estados da Mônada que expressam diferentemente o mesmo universo, ou seja, a mesma quantidade infinita de ideias presentes na mente divina.

A Mônada é como um espelho vivo do universo, como um centro expressivo onde se reúnem as leis com as quais se relaciona expressivamente com toda a criação e com todos os mundos possíveis não criados, mas cujas essências também estão na mente divina. Em outras palavras, a alma é constituída pelas suas ideias na medida em que ela é a reunião das relações expressivas estabelecidas a partir de um ponto de vista que lhe é próprio, expressando o universo segundo essa perspectiva particular. É essa sucessão de percepções regrada pelo ponto de vista que constitui a identidade da Mônada.

A representação decorrente da atividade perceptiva é dinâmica no seu jogo de distinção e confusão, de consciência e pequenas percepções, de luz e de sombras. As diversas tendências e inclinações se somam, se

compõem e se combinam de modo a formar essa representação em constante transformação. O que diferencia a representação na substância da representação feita por uma pintura no quadro ou de palavras e símbolos escritos em um papel é justamente essa atividade incessante. A representação substancial não se deixa fixar, ela está sempre em movimento, e esse movimento não é nada menos do que a atividade vital da Mônada.

Isso nos permite compreender porque Leibniz deixa de se utilizar do termo *ideia* para caracterizar a atividade perceptiva da Mônada nas duas últimas sínteses de sua metafísica, a saber, na *Monadologia* e nos *Princípios da natureza e da graça*, ambos de 1715, diferentemente do que havia feito quase trinta anos antes no *Discurso de metafísica*. O §14 da *Monadologia* define a percepção como “o estado passageiro que envolve e representa uma multiplicidade na unidade ou na substância simples” (LEIBNIZ, GP VI, p. 608), enquanto que os *Princípios* se limitam a defini-la como “a representação do composto, ou o que é externo, no simples” (LEIBNIZ, 1875-1885, GP. VI, p. 598).

Ao caracterizar então a percepção como “estado passageiro”, e não através da *ideia*, Leibniz ressalta o caráter sempre mutável e temporal de nossas percepções. Este estado é *passageiro* pois possui uma duração infinitesimal, se alterando conforme os diferentes apetites inclinam a alma para um lado e para o outro. A própria representação é ela mesma resultado de uma sucessão de representações passadas e uma inclinação para uma representação futura. Sendo o tempo um contínuo, é impossível fixar o momento em que a representação da multiplicidade deixa de ser o que ela é e se transforma. A percepção, atividade inerente e essencial à substância, é a sucessão incessante de representações que se expressam

no tempo de forma sempre diferente, e sempre de acordo com o seu ponto de vista¹⁰.

Ao expressar Deus, expressamos todo o universo por ele criado assim como todas as ideias presentes em sua mente. Mas a percepção, enquanto atividade da substância, não pode ser reduzida apenas a uma sucessão de ideias, como momentos estáticos que constituem o movimento do pensamento. Isso seria, no limite, supor uma descontinuidade no tempo ou mesmo uma separação entre a ideia como conteúdo representativo e a percepção como uma simples atualização, desatualização e reatualização desse mesmo conteúdo. Como vimos, a representação é *ao mesmo tempo* conteúdo representativo e a própria atividade perceptiva e apetitiva, sempre compreendida sob a noção de uma representação expressiva.

A representação do universo na simplicidade da Mônada não é estática. Ao contrário, ao assumir que toda percepção é também de certo modo uma apetição que tende a Mônada para outras representações, Leibniz apresenta uma noção de representação que envolve uma atividade incessante. Toda representação no interior da Mônada implica outra continuamente e incessantemente, sem que em nenhum momento se possa fixar a representação como um quadro de algo exterior. Com

10 No rascunho de uma carta a De Volder, Leibniz escreve: “Uma ideia é algo, por assim dizer, morto e em si mesmo imutável, como a figura; a alma, por outro lado, é algo vivo e ativo, e neste sentido eu não digo que haja uma ideia que tenda por si mesma a modificar-se, mas sim que várias ideias se sucedem umas às outras de forma que uma possa se inferir [*colligi possit*] da outra. Em outro sentido da expressão, poder-se-ia dizer de algum modo que a alma é uma ideia viva e substancial ou, mais corretamente, uma substância ideante [*substantiam ideantem*]” (LEIBNIZ, GP II, pp. 184 –185). Na versão definitiva da carta Leibniz omite essa passagem, provavelmente prevendo a confusão que isso poderia causar a um leitor cartesiano.

isso, é rejeitada a imobilidade da ideia-quadro defendida por Descartes e pelos cartesianos, ou da ideia presente na mente divina que nos ilumina sem estar presente em nossa alma e nos representa os objetos, tal como defende Malebranche, em favor de uma noção de ideia (como afirmam o *Discurso de metafísica* e os *Novos ensaios*) ou de estado passageiro (segundo a *Monadologia*) na qual o elemento fundamental é justamente a atividade e a mudança incessantes.

THE TEMPORALITY OF PERCEPTION IN LEIBNIZ

ABSTRACT: By affirming that time is a *continuum*, Leibniz cannot consider perception as a simple succession of perceptive states. On the contrary, there must be a continuity of nature between these multiple states that is due to the monad's spontaneity. The difference between the monad's perception cannot take place, however, in that content that it represents because the monad represents always the same multiplicity, that is, the universe as it exists in the divine mind according to its particular point of view. This article aims to examine how Leibniz conciliates the temporality of the perception, which originates in the spontaneous succession of the Monad's states, with the eternal character that it represents at all times.

KEYWORDS: Leibniz, Time, Perception, Eternity, Appetite

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ANFRAY, Jean-Pascal. (2014). "Le Labyrinthe temporel. Simplicité, persistance et création continuée chez Leibniz", In: *Archives de Philosophie* 77, p. 43-62

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. (1875-1885) *Die philosophischen Schriften*. Herausgegeben von C. I. Gerhardt. Berlin, Weidmann, 7 vols.

_____. (1966-2014) *Sämtliche Schriften und Briefe*. Herausgegeben von der Berlin Brandenburgischen Akademie der Wissenschaften und der Akademie der Wissenschaften in Göttingen.

_____. (1955) *Malebranche et Leibniz: Relations personnelles* (robinet, a. ed.), Paris: Vrin.

_____. (2004) *Stahl-Leibniz, Controverse sur la vie, l'organisme et le mixte* (Carvallo, S. ed.), Paris:Vrin.

MALEBRANCHE, Nicolas. (1972) *Oeuvres complètes de Malebranche* (Robinet, A. ed) Paris:Vrin,

Recebido: 04/04/2016

Aprovado: 02/05/2016